

# **COMPORTAMENTO DO MICROEMPREENDEDOR E GESTÃO FINANCEIRA: SEPARAÇÃO PATRIMONIAL, CONTROLE DE CAIXA E SUSTENTABILIDADE DO NEGÓCIO**

GONÇALVES, Ana Cristina

QUEIROZ, Cinthia

JULIA, Jheniffer

GOMES, Mariana

SILVA, Nicole

MELO, Samira

*Orientador: BARBOSA, Vitor Neves*

## **Resumo**

A gestão financeira de microempreendimentos depende não apenas da existência de ferramentas de controle, mas também das decisões e dos hábitos do próprio empreendedor. Em pequenos negócios, a concentração de funções no proprietário pode aproximar excessivamente as finanças pessoais das finanças empresariais, dificultando a identificação do resultado real, o planejamento do caixa e a formação de reservas para capital de giro. Este artigo analisa como o comportamento do microempreendedor influencia a gestão financeira do negócio, com ênfase na separação entre recursos pessoais e empresariais, no controle de fluxo de caixa, no planejamento financeiro, no uso de instrumentos gerenciais e no apoio contábil consultivo. O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa e caráter descritivo e exploratório. A discussão fundamenta-se em obras de administração financeira e empreendedorismo, estudos sobre práticas de gestão em micro e pequenas empresas e materiais técnicos de apoio aos pequenos negócios. A literatura indica que decisões pouco estruturadas, registros incompletos, retiradas sem critério e baixa utilização de instrumentos de gestão podem reduzir a qualidade das informações disponíveis e comprometer a tomada de decisão. Em contrapartida, a separação patrimonial, a definição de pró-labore, o acompanhamento do fluxo de caixa, a elaboração de orçamento, o uso de indicadores e a aproximação entre empreendedor e profissional contábil favorecem maior controle e capacidade de planejamento. Conclui-se que a profissionalização da gestão financeira exige mudança comportamental, disciplina de registro, educação financeira e adoção de ferramentas compatíveis com a realidade do pequeno negócio.

**Palavras-chave:** Microempreendedor; Gestão Financeira; Fluxo de Caixa; Contabilidade Gerencial; Planejamento Financeiro.

## **Introdução**

Os micro e pequenos negócios possuem estruturas administrativas geralmente mais enxutas do que as organizações de maior porte. Em muitos casos, o próprio empreendedor

concentra atividades relacionadas a vendas, compras, atendimento, operação e finanças. Essa proximidade entre proprietário e gestão permite rapidez nas decisões, mas também pode aumentar a dependência de escolhas pessoais e de controles informais.

O projeto que deu origem a este artigo busca compreender os principais erros da gestão financeira de microempreendedores e como esses erros impactam os resultados dos negócios. Entre os aspectos destacados estão a mistura das finanças pessoais com as empresariais, a ausência de controle de fluxo de caixa, a falta de planejamento e a necessidade de maior utilização de ferramentas gerenciais e apoio contábil.

Chiavenato (2022) compreende a gestão financeira como função essencial para assegurar disponibilidade de recursos e continuidade das operações. Em pequenos negócios, essa função frequentemente não está separada em um departamento especializado, o que torna o comportamento do empreendedor determinante para a qualidade dos registros e das decisões.

Dornelas (2021) ressalta que empreender envolve transformar oportunidades em negócios sustentáveis, processo que exige planejamento, capacidade de decisão e acompanhamento de recursos. O perfil empreendedor, portanto, não se limita à iniciativa de abrir uma empresa; inclui também competências de gestão necessárias à continuidade do empreendimento.

A literatura sobre micro e pequenas empresas reforça essa relação. Santos, Dorow e Beuren (2016), ao investigarem práticas gerenciais utilizadas por pequenos negócios, identificam a importância de instrumentos de controle para apoiar a tomada de decisão. Ramírez-Urquidy, Aguilar-Barceló e Portal-Boza (2018) demonstram que práticas de gestão econômico-financeira se relacionam ao desempenho de microempresas, evidenciando que a qualidade da gestão interfere nos resultados organizacionais.

Outro ponto central é a separação entre as finanças do proprietário e as da empresa. O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae (2024) orienta que a manutenção de contas distintas, a definição de pró-labore, o registro de entradas e saídas e a elaboração de planejamento orçamentário aumentam a clareza financeira e favorecem decisões mais seguras.

Diante desse cenário, o problema de pesquisa foi reformulado para a seguinte questão: de que maneira os hábitos e decisões do microempreendedor influenciam a organização financeira, o controle do caixa e a sustentabilidade do pequeno negócio?

O objetivo geral consiste em analisar a influência do comportamento do microempreendedor sobre a gestão financeira. Como objetivos específicos, busca-se discutir os efeitos da mistura entre recursos pessoais e empresariais; analisar a importância do fluxo de caixa, do capital de giro e do planejamento; compreender o papel da contabilidade consultiva; identificar instrumentos gerenciais acessíveis; e apontar práticas capazes de fortalecer a tomada de decisão.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa e caráter descritivo e exploratório. Conforme Gil (2017), a pesquisa bibliográfica permite analisar determinado problema a partir do conhecimento já publicado. Marconi e Lakatos (2010) também destacam que o levantamento e a análise de referências possibilitam reunir diferentes perspectivas teóricas para fundamentar a compreensão do objeto estudado.

## **1. O comportamento do microempreendedor como variável de gestão**

Em organizações de pequeno porte, a figura do empreendedor costuma estar diretamente ligada às decisões financeiras. Diferentemente de empresas com maior divisão funcional, nas quais tesouraria, controladoria e contabilidade podem estar distribuídas entre profissionais especializados, o microempreendedor frequentemente decide sozinho quanto comprar, quanto retirar, quando pagar, quando investir e quanto reservar.

Essa concentração de poder decisório torna os hábitos pessoais parte relevante do sistema de gestão. Disciplina, organização, capacidade de planejamento e disponibilidade para registrar informações passam a interferir diretamente na confiabilidade dos controles. Da mesma forma, decisões impulsivas, retirada frequente de recursos e falta de acompanhamento podem prejudicar a leitura da situação financeira.

Dornelas (2021) mostra que o empreendedor precisa desenvolver competências de planejamento e gestão para transformar uma ideia em negócio sustentável. A iniciativa e a disposição para assumir riscos são importantes, mas não substituem o acompanhamento dos resultados e a análise dos recursos disponíveis.

Neves, Cruz e Locatelli (2024), ao estudarem fatores que influenciam a sobrevivência das micro e pequenas empresas no Brasil, destacam a relevância da profissionalização, da educação e do desenvolvimento de capacidades gerenciais. Essa perspectiva reforça que a continuidade do

pequeno negócio depende de mais fatores do que simplesmente acesso a crédito ou existência de demanda.

O comportamento financeiro do empreendedor também é influenciado pela proximidade entre empresa e vida familiar. Quando o negócio representa a principal fonte de renda da família, pode surgir a tendência de utilizar o caixa empresarial como extensão da conta pessoal. Esse comportamento dificulta estabelecer quanto o negócio realmente gera de resultado e qual parcela pode ser retirada sem comprometer operações futuras.

A profissionalização financeira exige, portanto, que o empreendedor desenvolva uma visão distinta entre patrimônio pessoal e patrimônio do negócio. Essa mudança é comportamental antes de ser tecnológica: nenhum software corrige uma rotina em que despesas pessoais continuam sendo pagas pelo caixa empresarial sem registro adequado.

## **2. Separação entre finanças pessoais e empresariais**

A mistura entre recursos pessoais e empresariais é um dos problemas mais recorrentes nos pequenos negócios porque reduz a transparência das informações. Quando entradas e saídas pertencentes a naturezas diferentes são registradas na mesma conta, torna-se difícil identificar o custo real da operação, o lucro disponível e a necessidade de capital para manter as atividades.

O Sebrae (2024) recomenda a separação das contas pessoais e empresariais como uma medida básica de organização financeira. A manutenção de contas distintas permite visualizar de maneira mais clara as receitas e despesas de cada esfera, reduzindo a possibilidade de utilizar recursos operacionais para finalidades particulares.

A separação financeira deve ser acompanhada pela definição de uma retirada regular do proprietário. O pró-labore, quando aplicável à estrutura do negócio, funciona como referência para remunerar o trabalho do empreendedor sem transformar toda entrada de caixa em renda pessoal. A existência de uma retirada planejada também favorece a formação de reservas e a reinversão de recursos.

Outro benefício está na qualidade da informação contábil. Quando pagamentos pessoais aparecem misturados às despesas do empreendimento, relatórios financeiros perdem precisão. O gestor pode acreditar que o negócio possui custos maiores do que realmente tem ou, no sentido inverso, pode retirar recursos em excesso e interpretar o saldo temporário de caixa como lucro disponível.

Separar as finanças não significa que o proprietário deixe de receber os benefícios econômicos do empreendimento. Significa apenas estabelecer critérios para que essa remuneração ocorra de forma compatível com a capacidade financeira da empresa.

A disciplina de separação também facilita o relacionamento com o contador e a análise de indicadores. Extratos bancários empresariais, registros de vendas e comprovantes de despesas tornam-se fontes mais organizadas de informação, reduzindo retrabalho e aumentando a confiabilidade do acompanhamento.

### **3. Fluxo de caixa, capital de giro e continuidade das operações**

O fluxo de caixa constitui uma das ferramentas mais importantes para o controle financeiro porque registra e projeta entradas e saídas de recursos ao longo do tempo. Sua utilidade está em demonstrar se haverá disponibilidade suficiente para pagar compromissos e manter as atividades, mesmo quando a empresa apresenta vendas ou lucro contábil.

Chiavenato (2022) destaca a necessidade de assegurar recursos financeiros no momento em que são exigidos pelas operações. Para o pequeno negócio, essa necessidade é especialmente sensível porque margens de segurança podem ser menores e atrasos de clientes, aumento de custos ou compras inesperadas podem produzir falta de liquidez.

O controle do caixa deve registrar vendas à vista, recebimentos futuros, despesas fixas, pagamentos a fornecedores, tributos, retiradas dos sócios, investimentos e demais movimentações. O simples ato de registrar de maneira sistemática permite ao empreendedor comparar previsão e realização e compreender padrões do negócio.

Capital de giro corresponde aos recursos utilizados para financiar o funcionamento cotidiano da empresa, incluindo estoque, prazos de recebimento e pagamentos. Uma empresa pode vender bem e ainda enfrentar dificuldade de caixa se receber seus clientes depois de precisar pagar fornecedores e despesas operacionais.

Por essa razão, o comportamento do empreendedor diante do caixa possui efeito direto sobre a continuidade. Retirar valores elevados em períodos de maior faturamento sem considerar compromissos futuros pode produzir escassez nos meses seguintes. Da mesma forma, utilizar todo o saldo para comprar estoque ou realizar investimentos sem planejamento pode comprometer a liquidez.

O fluxo de caixa não deve ser utilizado apenas para registrar o passado. Sua maior contribuição ocorre quando é transformado em instrumento de previsão. Projetar diferentes cenários permite antecipar déficits, negociar prazos, adiar gastos, buscar crédito com antecedência ou reorganizar compras.

#### **4. Planejamento financeiro, orçamento e tomada de decisão**

O planejamento financeiro transforma informações de caixa em decisões de médio e longo prazo. Sem planejamento, o empreendedor tende a reagir aos acontecimentos à medida que surgem, aumentando a dependência de improvisação. Com planejamento, passa a existir uma referência para comparar o desempenho esperado com o realizado.

O orçamento empresarial pode ser utilizado mesmo em negócios muito pequenos. Não é necessário construir modelos complexos para obter benefícios. Uma projeção mensal de receitas, custos, despesas, investimentos e retiradas já permite visualizar limites financeiros e definir prioridades.

O Sebrae (2024) relaciona a separação das contas à capacidade de elaborar planejamento orçamentário. Essa relação é lógica: não é possível projetar adequadamente a situação da empresa quando os registros contêm gastos pessoais e empresariais indistintamente.

O planejamento também melhora a decisão sobre investimentos. Antes de adquirir equipamentos, ampliar estoque, contratar pessoal ou assumir financiamento, o empreendedor precisa analisar o impacto sobre o caixa e a capacidade de pagamento. A decisão baseada apenas na disponibilidade momentânea de dinheiro pode ignorar compromissos futuros.

Ramírez-Urquidy, Aguilar-Barceló e Portal-Boza (2018) encontraram associação entre práticas de gestão econômico-financeira e desempenho de microempresas. Isso reforça a importância de transformar registros financeiros em instrumentos de decisão e não apenas em obrigações administrativas.

Uma gestão mais estruturada permite ainda estabelecer metas de faturamento, margem, redução de despesas, formação de reserva e crescimento. O acompanhamento periódico dessas metas ajuda o empreendedor a identificar desvios e corrigir a trajetória antes que problemas se tornem mais graves.

## **5. Instrumentos gerenciais acessíveis aos pequenos negócios**

A profissionalização financeira não depende necessariamente de sistemas caros. Pequenos negócios podem iniciar o controle com ferramentas simples e evoluir conforme o volume de transações e a complexidade aumentam. O elemento essencial é a consistência das informações.

Planilhas eletrônicas podem organizar fluxo de caixa, contas a pagar, contas a receber, orçamento, custos e indicadores. Aplicativos financeiros e sistemas integrados também podem automatizar conciliações, emissão de relatórios e acompanhamento de vendas. A escolha deve considerar custo, facilidade de uso e aderência à realidade operacional.

Santos, Dorow e Beuren (2016) demonstram que micro e pequenas empresas utilizam diferentes instrumentos e procedimentos gerenciais na tomada de decisão. A pesquisa evidencia que controles simples podem produzir informações relevantes, desde que estejam inseridos na rotina de gestão.

Entre os instrumentos mais úteis encontram-se o fluxo de caixa, controle de contas a pagar e receber, orçamento, análise de custos, margem de contribuição, ponto de equilíbrio e acompanhamento de estoques. Não é necessário utilizar todos simultaneamente; a prioridade deve ser dada às ferramentas que respondem aos principais riscos do negócio.

Outro aspecto importante é a frequência. Uma planilha atualizada apenas no final do mês pode ser insuficiente para negócios com grande volume de operações. O empreendedor precisa estabelecer uma rotina compatível com o fluxo de transações, podendo atualizar diariamente ou em períodos definidos.

O uso de tecnologia só produz valor quando as informações registradas são confiáveis. Sistemas sofisticados alimentados com dados incompletos reproduzem erros em maior escala. Por isso, a disciplina do empreendedor permanece central mesmo quando existem ferramentas automatizadas.

## **6. Contabilidade consultiva e apoio à gestão**

A contabilidade é frequentemente associada por pequenos empreendedores ao cumprimento de obrigações fiscais e legais. Entretanto, as informações contábeis podem exercer função gerencial quando são utilizadas para interpretar resultados, custos, patrimônio, endividamento e capacidade de investimento.

Santos, Dorow e Beuren (2016) mostram a relevância de instrumentos gerenciais para decisões em micro e pequenas empresas. A utilização dessas informações é fortalecida quando existe proximidade entre empreendedor e profissional contábil, permitindo que os relatórios sejam compreendidos e relacionados à realidade do negócio.

A contabilidade consultiva amplia o papel do contador ao transformar registros em orientação. O profissional pode auxiliar na análise de custos, organização documental, definição de controles, planejamento tributário dentro dos limites legais e interpretação das demonstrações financeiras.

Para que esse apoio seja efetivo, o empreendedor também precisa fornecer dados confiáveis. Mistura de contas, ausência de documentos e registros atrasados limitam a capacidade de qualquer profissional produzir análises úteis. Portanto, a qualidade do serviço contábil depende de cooperação e disciplina informacional.

Outro benefício da relação consultiva está na antecipação de problemas. Ao invés de procurar o contador apenas diante de pendências, o empreendedor pode utilizar reuniões periódicas para analisar desempenho, projetar obrigações e discutir decisões antes de executá-las.

Essa aproximação contribui para reduzir a tomada de decisão exclusivamente intuitiva. A experiência do empreendedor continua importante, mas passa a ser complementada por informações financeiras e contábeis capazes de revelar tendências que não são perceptíveis apenas pelo saldo bancário.

## **7. Educação financeira e desenvolvimento de competências gerenciais**

A falta de conhecimento financeiro aparece no projeto original como uma das barreiras enfrentadas pelos microempreendedores. Esse aspecto deve ser compreendido como necessidade de desenvolvimento de competências e não como incapacidade individual. Muitos empreendedores iniciam suas atividades por experiência técnica ou oportunidade de mercado, sem formação prévia em finanças.

Neves, Cruz e Locatelli (2024) destacam que educação, experiência e profissionalização constituem fatores relevantes para a sobrevivência das micro e pequenas empresas. A formação gerencial aumenta a capacidade de interpretar dados, planejar e responder a mudanças do ambiente.

Educação financeira empresarial envolve compreender diferenças entre receita, lucro e caixa; identificar custos fixos e variáveis; analisar prazos de recebimento e pagamento; definir preço; controlar dívidas; formar reservas e avaliar investimentos. Esses conhecimentos podem ser desenvolvidos de maneira progressiva.

Dornelas (2021) associa o processo empreendedor à necessidade de planejamento e aprendizagem contínua. O empreendedor que acompanha seus resultados e busca conhecimento aumenta sua capacidade de ajustar estratégias e reconhecer sinais de risco.

A capacitação pode ocorrer por meio de cursos, consultorias, materiais técnicos, orientação contábil e aprendizagem prática. O importante é transformar conhecimento em rotina. Saber conceitualmente que finanças pessoais e empresariais devem ser separadas não produz resultado se o empreendedor continua retirando recursos sem registro.

A educação financeira, portanto, deve ser acompanhada por mecanismos de comportamento: datas fixas para atualização de controles, limites de retirada, revisão mensal de indicadores e definição de metas. A repetição dessas práticas contribui para institucionalizar uma cultura de gestão.

## **8. Erros recorrentes e seus impactos sobre a sustentabilidade**

A literatura e o próprio projeto permitem identificar um conjunto de erros recorrentes que podem comprometer a gestão financeira. O primeiro é utilizar o saldo bancário como única referência para avaliar a situação da empresa. Saldo disponível não representa necessariamente lucro, pois pode estar comprometido com pagamentos futuros.

O segundo erro é misturar gastos pessoais e empresariais. Essa prática prejudica a mensuração de despesas, dificulta a contabilidade e pode consumir recursos necessários ao capital de giro. O terceiro é deixar de registrar movimentações, produzindo relatórios incompletos.

Outro problema é não acompanhar contas a receber e a pagar. A empresa pode ter faturamento elevado, mas enfrentar inadimplência ou prazos de recebimento incompatíveis com suas obrigações. Sem controle, o empreendedor percebe a falta de caixa apenas quando o pagamento já está próximo.

Também é frequente a ausência de reserva financeira. Negócios sujeitos a sazonalidade, variação de demanda ou imprevistos precisam de margem de segurança. Utilizar todo excedente em retiradas pessoais ou investimentos reduz a capacidade de enfrentar períodos adversos.

A formação de preços sem análise de custos constitui outro risco. Preços definidos apenas pela concorrência ou por percepção podem não cobrir todos os gastos do negócio. O controle financeiro fornece base para entender margem e ponto de equilíbrio.

Esses erros não atuam isoladamente. Quando se combinam, aumentam a incerteza. A mistura de contas reduz a qualidade do fluxo de caixa; um fluxo de caixa incompleto prejudica o orçamento; um orçamento inadequado aumenta o risco de retirada ou investimento excessivo. Assim, a sustentabilidade depende de um sistema integrado de práticas.

## **9. Diretrizes para uma gestão financeira mais profissionalizada**

A partir da literatura analisada, é possível organizar um conjunto de diretrizes práticas para microempreendedores. A primeira consiste em separar integralmente as movimentações pessoais e empresariais, utilizando contas e meios de pagamento distintos sempre que possível.

A segunda é estabelecer uma remuneração regular para o proprietário, evitando retiradas aleatórias. A terceira consiste em registrar entradas e saídas de maneira contínua e conciliar os registros com extratos e documentos.

A quarta diretriz é elaborar e atualizar o fluxo de caixa, incluindo projeções futuras. A quinta é acompanhar capital de giro, contas a pagar, contas a receber e compromissos tributários. A sexta é criar orçamento com metas realistas.

Também é recomendável utilizar indicadores simples, como margem, ponto de equilíbrio, prazo médio de recebimento, nível de endividamento e evolução do saldo de caixa. A seleção deve ser adequada ao tipo de negócio e ao nível de conhecimento do empreendedor.

Outra diretriz é manter relacionamento ativo com o profissional de contabilidade. Em vez de restringir o contato ao envio de documentos e pagamento de tributos, o empreendedor pode solicitar explicações sobre resultados, obrigações e impactos financeiros de decisões planejadas.

Por fim, a gestão deve ser revisada periodicamente. Mudanças no faturamento, novos produtos, contratação de funcionários, aumento de estoque ou expansão para novos canais alteram a estrutura financeira. Ferramentas que funcionavam em um estágio inicial podem precisar ser substituídas por sistemas mais completos à medida que o negócio cresce.

## **Considerações Finais**

A análise realizada permite compreender que a gestão financeira do microempreendimento é fortemente influenciada pelos hábitos, decisões e conhecimentos do próprio empreendedor. Em estruturas de pequeno porte, nas quais o proprietário concentra funções administrativas, o comportamento individual torna-se parte do sistema de controle.

O projeto original identificou como problema central os erros de gestão financeira e seus impactos sobre os resultados. A revisão bibliográfica confirma que práticas como mistura das finanças pessoais com as empresariais, ausência de registros, falta de planejamento e baixa utilização de instrumentos gerenciais reduzem a qualidade das informações e dificultam a tomada de decisão.

A separação entre recursos pessoais e empresariais mostrou-se uma medida fundamental. Contas distintas, pró-labore definido e registros organizados permitem visualizar com maior precisão o desempenho do empreendimento, além de melhorar o fluxo de informações para a contabilidade.

O fluxo de caixa também ocupa posição central porque permite acompanhar a disponibilidade de recursos e antecipar necessidades. Associado ao controle de capital de giro, contas a pagar e contas a receber, contribui para reduzir decisões baseadas apenas no saldo momentâneo da conta bancária.

Outra conclusão relevante é que ferramentas simples podem produzir resultados significativos quando utilizadas com disciplina. Planilhas, aplicativos ou sistemas de gestão devem ser escolhidos de acordo com a realidade do negócio, mas sua eficácia depende da regularidade dos registros e da qualidade dos dados.

O apoio contábil consultivo amplia a capacidade de gestão ao transformar informações obrigatórias em orientação para decisões. Entretanto, esse relacionamento exige participação ativa do empreendedor e fornecimento de registros confiáveis.

A educação financeira e o desenvolvimento de competências gerenciais constituem, portanto, elementos essenciais para a profissionalização. Aprender conceitos de caixa, custos, margem, orçamento e capital de giro permite que o empreendedor interprete o negócio com maior objetividade e reduza a dependência de decisões exclusivamente intuitivas.

Conclui-se que melhorar a gestão financeira do microempreendimento exige simultaneamente ferramentas, informação e mudança comportamental. A sustentabilidade do

negócio é fortalecida quando o empreendedor separa as esferas pessoal e empresarial, acompanha os números, planeja retiradas e investimentos, busca apoio profissional e utiliza os dados financeiros como base para decisões.

Como limitação, este artigo possui natureza bibliográfica e documental e não analisa microempreendedores específicos. Pesquisas futuras podem aplicar questionários e entrevistas para avaliar a relação entre educação financeira, hábitos de retirada, utilização de controles, suporte contábil e desempenho de pequenos negócios em diferentes setores.

## **Referências**

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão financeira: uma abordagem introdutória. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

DORNELAS, José. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 8. ed. São Paulo: Empreende Editora, 2021.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NEVES, Marcus Lourival; CRUZ, Poliano Bastos da; LOCATELLI, Octavio. Fatores que influenciam a sobrevivência das micro e pequenas empresas no Brasil. RAM - Revista de Administração Mackenzie, São Paulo, v. 25, n. 1, eRAMC240073, 2024.

RAMÍREZ-URQUIDY, Martín; AGUILAR-BARCELÓ, José G.; PORTAL-BOZA, Malena. O impacto das práticas de gestão econômico-financeira no desempenho de microempresas mexicanas: uma análise multivariada. Revista Brasileira de Gestão de Negócios, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 319-337, 2018. DOI: 10.7819/rbgn.v20i3.3518.

SANTOS, Vanderlei dos; DOROW, Diego Roberto; BEUREN, Ilse Maria. Práticas gerenciais de micro e pequenas empresas. Revista Ambiente Contábil, Natal, v. 8, n. 1, p. 153-186, jan./jun. 2016.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). Como separar as finanças pessoais das contas da empresa: 8 dicas. Recife: Sebrae, 2024. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/>. Acesso em: 12 ago. 2026.